



## Orçamento e plano de educação mobilizam votações da semana

Sessão do Congresso de amanhã deve apreciar vetos e declarar prejudicadas matérias que trancam a pauta e impedem a votação do Orçamento

Lia de Paula/Agência Senado



O Orçamento deverá ser aprovado até o dia 17 para garantir a liberação das verbas em janeiro, segundo previsão do presidente do Senado, Renan Calheiros.

De hoje até quinta-feira, a Comissão Mista de Orçamento fará uma série de reuniões para votar os

dez relatórios setoriais, que, juntos, contêm 8.388 emendas.

Já o projeto do Plano Nacional de Educação tramita em regime de urgência e deverá ser apreciado pelos senadores na quarta-feira. A proposta, no entanto, ainda tem muitos pontos de divergência. **3**

Renan (C) acompanha conversa entre senadores no Plenário: votações importantes antes do recesso

## Senado volta a reverenciar Nelson Mandela

A reunião do Plenário de sexta-feira foi dedicada ao ex-presidente sul-africano. Senadores fizeram um minuto de silêncio para homenagear Mandela, que faleceu na quinta-feira, e discursaram sobre sua luta pela igualdade e seu legado. **2**

Silêncio: Paulo Paim preside a sessão, enquanto Acir Gurgacz prepara-se para discursar, à frente da foto de Mandela



Geraldo Magela/Agência Senado

## Ministra afasta pessimismo sobre redução de emissões

Em audiência pública, ministra do Meio Ambiente disse que, apesar dos maus resultados da última Conferência do Clima, é preciso manter a confiança. **4**



Em audiência presidida por Vanessa Grazziotin, Izabella Teixeira (D) manifestou confiança nas negociações futuras

Geraldo Magela/Agência Senado

## Comissão dará prioridade a projetos para integração de deficientes

## Senadores reúnem Dnit e Ibama para destravar reforma da BR-319

### O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012



### Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em:  
www.senado.leg.br/agoraelei



Criação e Marketing



# Senadores voltam a homenagear Mandela

Durante a sessão de sexta-feira no Plenário, os parlamentares fizeram um minuto de silêncio e lembraram, em discursos, a trajetória do líder que lutou contra a segregação racial na África do Sul

OS SENADORES VOLTARAM a homenagear na sexta-feira o líder sul-africano Nelson Mandela, que faleceu anteontem aos 95 anos. Eles dedicaram a sessão plenária ao ex-presidente da África do Sul, recordando sua trajetória de luta contra o regime que, durante 44 anos, entre 1948 e 1993, segregou negros e brancos naquele país.

Ao abrir a sessão, Paulo Paim (PT-RS) registrou o empenho da Secretaria-Geral da Mesa em exibir no telão do Plenário — a pedido do presidente Renan Calheiros — uma foto e uma das famosas frases de Mandela: “Sonho com o dia em que todos se levantarão e compreenderão que foram feitos para viverem como irmãos”. Paim é reconhecido pelos movimentos sociais como um dos parlamentares que mais atuam na defesa dos direitos humanos e dos negros, em particular.

Atendendo pedido de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM),



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Para Paim, que presidiu a sessão, o mundo ficou mais triste sem Mandela

com apoio de Paulo Paim e de Acir Gurgacz (PDT-RO), os senadores fizeram um minuto de silêncio em homenagem ao líder sul-africano.

Os senadores que ocuparam a tribuna durante a manhã falaram sobre os princípios, os pensamentos e a vida de Mandela que, depois de passar 27 anos preso, governou a África do Sul e recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

Paim apresentou voto de pesar pela morte de Mandela, mas propôs que o

requerimento somente seja votado após a coleta da assinatura de todos os 81 senadores.

— A missão de Nelson Mandela foi a de cultivar um grande jardim, onde todas as flores, independentemente da cor, tinham o mesmo valor. Regar diariamente esse jardim, sem desejar nada em troca, foi a missão de Mandela — afirmou o parlamentar, observando que o mundo amanheceu mais triste sem a presença do ex-presidente sul-africano.

## José Sarney: “Mandela é um símbolo, e os símbolos não morrem”

José Sarney (PMDB-AP) disse, na sexta-feira, que Nelson Mandela entrou para a história como símbolo e será



Marcos Oliveira/Agência Senado

eterno. O ex-presidente da República e do Senado recordou discurso que fez contra o regime racista da África do Sul em comissão especial da ONU, em 1961, em seu segundo mandato como deputado federal, e depois, como presidente da República, também na ONU. Lembrou ainda as sanções que decretou contra o regime da África do Sul, em 1985:

— Proibindo relações do nosso país com a África do Sul, de qualquer tipo.

## Valdir Raupp: mundo perde referência na luta pela justiça

O presidente do PMDB, Valdir Raupp (RO), disse, em nome do partido, que Mandela não foi vítima das injustiças cometidas contra ele, mas fonte de solidariedade e dono de um legado para as futuras gerações.

O senador afirmou serem dias tristes para o mundo, que perde uma referência na luta pela justiça e pelos direitos humanos.

— Mandela nos deixa, mas sua luta por um mundo mais justo continua — afirmou, após fazer uma retrospectiva dos momentos mais importantes do estadista.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Acir Gurgacz: legado do líder sul-africano será duradouro

Segundo Acir Gurgacz (PDT-RO), a luta de Mandela e o legado dele serão exemplos duradouros, que irão muito além do tempo em que viveu, e a figura política irá pairar para sempre.

— Descanse em paz, que sua luz e ensinamentos iluminem nossos caminhos e os de todos os governantes de todos os países que precisam de paz, sensibilidade e vontade de promover a união interna de suas nações — afirmou.

Para o senador, o planeta precisa de paz e Mandela foi o melhor na arte de ensinar a produzi-la, não com palavras, mas com exemplos. Gurgacz ressaltou a luta do ex-presidente pela superação do regime segregacionista.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### SEGUNDA

#### PLENÁRIO Pronunciamentos

14h A sessão é destinada a discursos de senadores e comunicados da Mesa.

#### PRESIDÊNCIA Líderes do Brasil

9h30 Renan Calheiros participa de entrega do Prêmio Líderes do Brasil 2013, em São Paulo.

#### CDH Agricultores

10h Audiência sobre o agronegócio dos pequenos agricultores e dos trabalhadores.

#### CI Transposição

18h Debate sobre a transposição do Rio São Francisco, com José Tundisi, do Instituto de Ecologia de São Carlos, e outros.

#### CMO Setoriais

18h Votação de relatórios setoriais à proposta de Lei Orçamentária Anual para 2014.

#### REVISTA Lançamento

18h Lançamento da reimpressão das revistas *Thot*, na Biblioteca do Senado.

### TERÇA

#### CMA Isenção

8h30 Votação de substitutivo a projeto determinando isenção fiscal para gastos com recomposição de APPs.

#### CCT Telefônicas

9h Projeto determina que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas.

#### CÓDIGO PENAL Relatório

9h30 Apresentação do relatório final da comissão de mudanças no Código Penal.

#### RIO SÃO FRANCISCO Ministro

9h30 A Comissão de Transposição do Rio São Francisco ouve o ministro da Integração, Francisco José Coelho Teixeira.

#### CCJ MPs

9h30 Projetos que vedam medida provisória sobre matéria já objeto de projeto de lei.

#### CAE Banco Central

11h O presidente do Banco Central fala sobre política monetária. Às 14h, audiência para esclarecimentos sobre o Igeprev.

#### CPI DA ESPIONAGEM Requerimentos

11h A CPI da Espionagem faz reunião para análise de requerimentos.

#### CE Conscientização sobre o autismo

11h Projeto que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo consta da pauta da Comissão de Educação.

### CONGRESSO

#### Apreciação de vetos

14h Sessão conjunta do Congresso para apreciação de vetos presidenciais e projetos de lei.

#### CDH República Árabe Saharaui

14h Audiência pública sobre a situação da República Árabe Saharaui.

#### SISTEMA DE SAÚDE Relatório final

14h30 A comissão sobre financiamento do sistema de saúde se reúne para apresentação do relatório final.

### QUARTA

#### CI Centro-Oeste Competitivo

7h30 Apresentação do Projeto Centro-Oeste Competitivo e análise de proposta sobre transporte público coletivo.

#### CAS Vagas em UTI

9h Análise de projeto para assegurar a disponibilidade de leitos em UTI na rede hospitalar do Sistema Único de Saúde.

#### CCJ E CAE Dívida

9h Reunião conjunta para análise do projeto sobre refinanciamento da dívida entre a União, estados e municípios.

#### SEGURANÇA PÚBLICA Debate

11h Audiência sobre atividades potencialmente nocivas à segurança dos cidadãos.

#### PROCURADORIA DA MULHER Livreto

10h Lançamento de publicação das Procuradorias da Mulher do Congresso.

#### CONGRESSO João Goulart

12h30 Sessão solene de devolução simbólica do mandato presidencial a João Goulart.

#### REGULAMENTAÇÃO DE LEIS Reunião

13h Análise do relatório parcial sobre o direito de greve dos servidores públicos.

### QUINTA

#### LEI DE LICITAÇÕES Relatório final

9h A comissão de modernização da Lei de Licitações analisa o relatório final.

#### MISSA Encerramento

11h Missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos.

#### CDH Novas formas de família

8h Audiência pública interativa para debater as novas configurações familiares.

### SEXTA

#### CDR Seminário sobre esporte

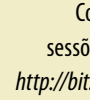
9h/13h A comissão promove em Sergipe o seminário Políticas Públicas de Esporte.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

## AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla

Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Site: [www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal) — E-mail: [jornal@senado.leg.br](mailto:jornal@senado.leg.br) — Twitter: [@jornaldosenado](https://twitter.com/jornaldosenado) — facebook.com/jornaldosenado  
Tel.: 0800 612211 — Fax: (61) 3303-3137 — Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF



Votações desta semana no Congresso começam amanhã, com a apreciação mensal de vetos presidenciais e desimpedimento da pauta para permitir a aprovação do Orçamento de 2014



Plenário do Senado durante sessão: Plano Nacional de Educação tramita em urgência e deve ser votado na quarta-feira

## Orçamento e PNE dominam pauta de votações do Senado

O ORÇAMENTO DE 2014 e o Plano Nacional de Educação (PNE) são os dois grandes focos do Senado nesta semana. As votações começam no Plenário do Congresso já no início da tarde de amanhã, quando senadores e deputados se reúnem para votar vetos presidenciais e declarar prejudicadas matérias que trancam a pauta e impedem a votação da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA — PLN 9/20113) de 2014.

Em entrevista na quinta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que a intenção é aprovar o Orçamento até o dia 17 para garantir a liberação das verbas em janeiro.

Hoje, os dez relatórios setoriais começam a ser votados na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Os textos dividem as programações de despesa da União em diferentes áreas temáticas, como infraestrutura e saúde.

Os relatores setoriais terão R\$ 4,26 bilhões para atender demandas de parlamentares, bancadas estaduais e comissões permanentes. Além da reunião de hoje, há mais oito reuniões marcadas até quinta-feira.

Os dez relatores terão uma semana para analisar 8.388 emendas à previsão de despesa do Executivo, num total de R\$ 82,8 bilhões. Desse montante, R\$ 63,6 bilhões são para ações de investimento e R\$ 17,28 bilhões para custeio da máquina pública.

### Educação

Está em regime de urgência no Plenário do Senado o projeto da Câmara (PLC 103/2012) que aprova o Plano Nacional de Educação. A intenção dos líderes é votá-lo na quarta-feira, mas um acordo para os mais de 50 itens que separam governo e oposição ainda parece distante.

Renan vem promovendo reuniões entre os líderes para tentar uma convergência, mas já estima que, se um acordo geral fracassar, a solução será seguir o regimento e votar quantas vezes for necessário.

— O que importa é que no final o PNE seja aprovado. É um projeto de interesse público e esperamos que a votação aconteça a contento — disse.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) deve apresentar uma alternativa do governo às modificações feitas pelo relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), na Comissão de

Educação (CE). O voto em separado de Vital determina, entre outras medidas, uma meta de qualidade do ensino e uma meta de incentivos a resultados no ensino público.

Alvaro tem a intenção de chegar a um acordo antes de a matéria ir ao Plenário na quarta, para evitar a análise de destaques (votações em separado), mas foi realista.

— Se possível, vamos votar uma proposta consensual, mas é difícil. Certamente teremos discordâncias definitivas e impossíveis de serem removidas, mas queremos reduzir o número de itens discordantes.

Uma das divergências mais agudas e que dificilmente encontrará consenso, segundo Alvaro, está relacionada à Meta 4, que visa garantir o acesso à educação básica para os estudantes com deficiência (os alunos especiais) de 4 a 17 anos.

O senador resgatou na CE os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem ensino especial. Na versão aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os repasses seriam encerrados em 2016.

## Concluídas oficinas do Portal Modelo em 2013

O Programa Interlegis encerrou na sexta-feira o treinamento presencial com oficinas em Brasília, que teve representantes de sete estados, e em Constantina (RS), com a participação de mais de dez câmaras municipais.

Em Brasília, os funcionários receberam informações sobre como criar portais de internet, usando o Portal Modelo, e sobre o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, aplicativos criados e oferecidos gratuitamente pelo Senado. Já em Constantina, os temas foram a revisão dos marcos

jurídicos (lei orgânica municipal e regimento interno) e jornalismo na internet.

As oficinas ensinam na prática, com a ajuda de supervisores e monitores, a usar as ferramentas oferecidas, em especial para que as câmaras estejam preparadas para cumprir as Leis de Transparência e de Acesso à Informação.

O Portal Modelo é uma ferramenta que não requer grandes conhecimentos técnicos e pode ser adaptada à realidade e às necessidades de cada câmara. Ele pode ser hospedado, sem custos,

no Interlegis. O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, também gratuito, informatiza o processo legislativo.

Já a oficina em Constantina consistiu em consultoria para a revisão dos marcos legais — que muitas vezes contêm dispositivos inconstitucionais e dissociados da realidade local. Os consultores mostram os passos básicos para a atualização. No último dia, houve ainda uma oficina de webjornalismo, na qual, entre outros temas, foram discutidos trabalhos recentes sobre divulgação jornalística via web.

## Dnit e Ibama tentarão acelerar reconstrução da BR-319

A população de Porto Velho e de Manaus deve em breve começar a ver melhorias na rodovia que liga as duas capitais, a BR-319. Em audiência da Comissão de Agricultura (CRA) na sexta-feira, representantes de órgãos de licenciamento ambiental e de execução de obras firmaram o compromisso de acelerar as obras no trecho central, de aproximadamente 400 quilômetros.

A manutenção da estrada está pendente por falta de uma autorização do Ibama para a coleta de animais que subsidiará o estudo de impacto ambiental das obras.

A diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama, Gisela Damm Forattini, explicou que o documento, elaborado por uma empresa privada contratada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), precisa ser complementado e por isso a análise está sendo demorada.

### Expedição

A audiência pública, presidida por Acir Gurgacz (PDT-RO), foi realizada após visita à estrada — tida como a pior do país —, em novembro, por um grupo de 65 pessoas e 22 veículos, que colheu depoimentos de moradores das cidades e informações técnicas.

Agricultores e comerciantes contaram ser impossível continuar trabalhando sem a estrada. Eles estimaram em 30% as perdas de cargas perecíveis por conta das dificuldades do trajeto, que pode demorar dias.

Representantes do Ministério dos Transportes, do Dnit e do Ibama, além de entidades empresariais, agrícolas e associativas de Rondônia e do Amazonas, fizeram a inspeção.

### Discussão

No debate, o diretor-geral do Dnit, José Ernesto Pinto Fraxe, lamentou as condições da estrada construída no final dos anos 60.

— Em 1974, eu percorri o trecho Humaitá-Manaus todo asfaltado. Era

um tapete. E agora falta um mundo de coisas para refazer a estrada. Não estou contestando as exigências dos órgãos ambientais. Mas o governo, por meio do Dnit, já gastou R\$ 70 milhões para demarcar 12 milhões de hectares em unidades de conservação por exigência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e continuamos na estaca zero — lamentou.

Segundo Gurgacz, o governo já gastou R\$ 84 milhões para tentar obter autorização do Ibama para a reconstrução da BR-319.

**Segundo Gurgacz, governo já gastou R\$ 84 milhões para tentar obter a licença ambiental**



Presidente em exercício da CRA, Acir Gurgacz (C) reclama da demora

## Senadores assistem a sepultamento dos restos mortais de Jango em São Borja

Pedro Simon (PMDB-RS, foto) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) assistiram, na sexta-feira, em São Borja (RS), ao sepultamento dos restos mortais do ex-presidente João Goulart, que haviam sido retirados do túmulo e submetidos a perícia, em Brasília, diante da suspeita de envenenamento.

Os parlamentares são os autores do projeto de resolução que anulou a sessão do Congresso de 2 de abril de 1964,



Marcos Oliveira/Agência Senado

na qual foi declarada vaga a Presidência da República, abrindo caminho para o golpe militar.

— A história comete erros, sim. Por isso, para reparar um erro e deixar claro que o movimento de 1964 foi um golpe, o Congresso anulou a sessão que, de forma ilegal e inconstitucional, decretou vaga a presidência da República — disse Simon, em diálogo com o comandante militar do Sul, general Carlos Bolívar Goellner.



# Ministra pede confiança em negociações do clima

Colóquio da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas avaliou a COP-19, em Varsóvia. Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, apontou retrocessos, mas se disse confiante nas negociações futuras

A FRUSTRAÇÃO COM a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), realizada em novembro em Varsóvia, Polônia, não deve abalar a confiança nas negociações multilaterais para acordo de redução de emissões de gases de efeito estufa, na avaliação da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Ela participou, na sexta-feira, da abertura de colóquio internacional promovido pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), que avaliou a conferência e discutiu a agenda pós-Varsóvia.

— Essa COP teve retrocessos, vários países desenvolvidos diminuíram suas ambições [de redução de emissões] e teve um ambiente político muito confuso do ponto de vista das negociações. Foi aquém das expectativas de negociadores, delegações e da própria sociedade. Mas precisamos resgatar o espírito de confiança no ambiente

de negociação — disse, ao lembrar que a próxima conferência, em Lima, Peru, no ano que vem, será a primeira COP na Amazônia.

O embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, principal negociador brasileiro em conferências internacionais sobre clima, lamentou os recuos de países desenvolvidos frente a compromissos para conter o aquecimento. Ele afirmou que os resultados já obtidos pelo Brasil em termos de redução da emissão de gases de efeito estufa são maiores que a soma das ações dos países desenvolvidos. Para Carvalho, isso se torna mais significativo pelo fato de ser um compromisso voluntário do Brasil nos fóruns internacionais e uma ação compulsória internamente, prevista na legislação.

— Os resultados alcançados pelo Brasil servem de estímulo a outros países — disse.

## Remuneração

Quanto a aspectos positivos da COP-19, a presidente da



Deputado Sarney Filho, senadora Vanessa Grazziotin, ministro do STJ Herman Benjamin e ministra Izabella Teixeira no debate

CMMC, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), apontou a definição de regras para o pagamento pela proteção de florestas, em programa chamado de REDD — Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal.

— A definição de regras para o início de funcionamento do REDD é um marco, pois é o reconhecimento da importância da floresta em pé. Até então, havia incentivo para a recuperação de florestas degradadas e agora é o reconhecimento das florestas em pé — disse.

Assim como a ministra do Meio Ambiente, a senadora

se disse otimista com a realização da COP-20, em Lima, e a seguinte, em Paris, em 2015, quando os países que participam da conferência deverão assumir os compromissos para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

No entanto, Izabella Teixeira disse ser necessário maior esforço para uma confluência entre as negociações sobre clima e sobre a conservação da biodiversidade, a partir da articulação dos atores nas duas frentes.

— Temos o time do clima e o time da biodiversidade, que

fazem esforços imensos, mas nunca vi uma manifestação dos dois nas convenções internacionais — afirmou.

Ao falar na abertura do colóquio, o relator da CMMC, deputado Sarney Filho (PV-MA), informou que deverá incorporar no relatório, a ser entregue na próxima semana, aspectos das discussões desta sexta-feira. Ele disse que o Congresso brasileiro tem se dedicado às discussões em torno das mudanças climáticas e buscado contribuir com soluções para a preservação ambiental e a manutenção dos biomas.

# Projetos para integrar pessoas com deficiência terão prioridade

A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), garantiu prioridade para projetos que procuram assegurar acessibilidade e inclusão social a pessoas com algum tipo de deficiência. O anúncio foi feito durante audiência pública realizada na quinta-feira para debater o tema “A pessoa com deficiência e os desafios da integração na sociedade contemporânea”.

A senadora assegurou que o colegiado fará um levantamento das propostas e elaborará uma agenda afirmativa que garanta novas conquistas para as pessoas com deficiência. Ela também acatou sugestões apresentadas por debatedores

durante a audiência pública, que integra a programação da Semana de Valorização das Pessoas com Deficiência.

— Vamos debater os projetos que estão no Senado para retomá-los e aperfeiçoá-los, se for o caso, além de pensar também

em novos projetos para que as pessoas com deficiência não fiquem descobertas — disse.

Aires Pereira Junior, diretor da Secretaria de Controle Interno do Senado, falou sobre o avanço histórico da legislação, que tem aos poucos garantido

mais condições para que cadeirantes e outras pessoas com deficiência sejam inseridos na sociedade. Ele destacou, por exemplo, a Lei 12.764/2012, que reconhece o transtorno de espectro autista, e o decreto que regulamentou a aposentadoria especial para pessoas com deficiência.

Contudo, segundo Aires, é preciso avançar mais na inclusão social. Ele sugeriu à presidente da CDH a elaboração de um projeto de lei que garanta mais oportunidades para cegos no serviço público.

Andréa Pontes, que integra a equipe paraolímpica brasileira de canoagem, falou da importância do esporte para

a reabilitação e a inclusão social e relatou as dificuldades enfrentadas por deficientes físicos para praticar esporte. Ela pediu mais apoio para a compra de equipamentos.

— Uma cadeira de rodas de fibra de carbono custa R\$ 18 mil no Brasil. É o preço de um carro. Quantas pessoas com deficiência têm condições de comprar uma cadeira dessas? — indagou.

Coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Rodrigo Abreu afirmou que o governo está trabalhando para garantir acesso a equipamentos e veículos adaptados.



Ana Rita (3ª à dir.) preside audiência sobre a integração da pessoa com deficiência

## DataSenado aponta avanços na inclusão

Nos últimos três anos, cresceu a proporção de pessoas com algum tipo de deficiência inseridas no mercado de trabalho. Essa é uma das constatações de pesquisa do DataSenado apresentada durante audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Para a pesquisa, realizada em âmbito nacional entre 28 de outubro e 25 de novembro, foram feitas 1.007 entrevistas com os mesmos participantes do primeiro levantamento sobre o tema, feito em 2010.

Há três anos, 55% dos entrevistados realizavam algum tipo de trabalho remunerado. Em 2013, são 66%. Para 88%, as condições de vida melhoraram ou permaneceram iguais no período. Já a acessibilidade continua sendo desafio, observou Thiago Cortez Costa, assessor especial da Secretaria de Transparência do Senado.

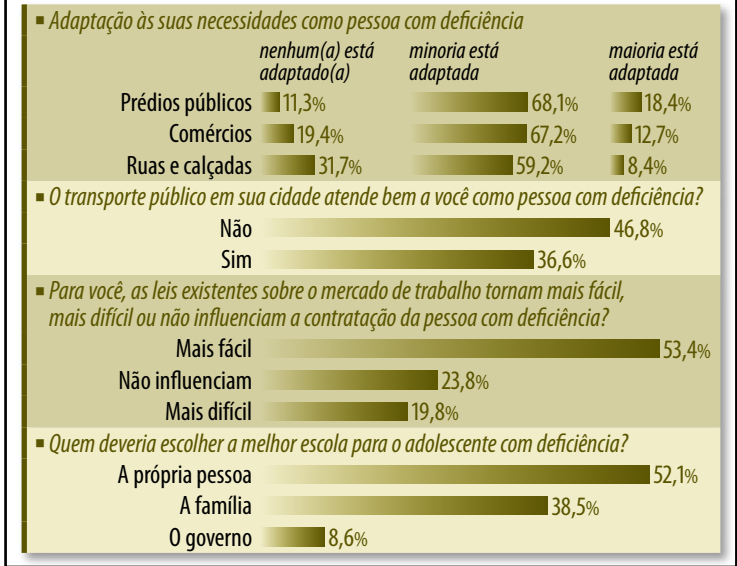
— Uma em cada cinco pessoas relatou total despreparo dos prédios públicos e estabelecimentos comerciais para atender pessoas

com deficiência — observou.

No transporte público, os problemas apontados como mais graves foram a falta de veículos adaptados (para 45,6% dos entrevistados) e o desrespeito ao assento preferencial (33,5%). Quando o tema é a educação, a maior parte dos entrevistados, se pudesse escolher, optaria por uma classe comum em uma escola regular.

Veja a íntegra dos resultados da pesquisa: <http://bit.ly/pesquisaPD>

## Condições da pessoa com deficiência



Fonte: DataSenado